

BAD e Cabo Verde

“Construindo juntos,
uma África melhor”



Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento

BAD **e Cabo Verde**

“Construindo juntos,
uma África melhor”



C a b o V e r d e

Sumário

1	Apresentação do BAD	>	5	6	Operações do BAD em Cabo Verde	>	21
2	Mensagem do Presidente da República de Cabo Verde	>	9	7	Projectos em Curso Financiados pelo BAD	>	25
3	Mensagem do Presidente do BAD	>	11	8	Declaração da Ministra das Finanças de Cabo Verde – Governadora do BAD	>	33
4	Cabo Verde: Apresentação Geral	>	13	9	Declaração do Representante do BAD para Cabo Verde	>	35
5	Estratégias de Cooperação BAD/Cabo Verde: 2009-2012	>	17				



Apresentação do BAD



A 4 de Agosto de 1963, durante uma conferência em Cartum, no Sudão, que reuniu 23 governos africanos, foi assinado o acordo constitutivo do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD). Em Dezembro do mesmo ano, outros oito países ratificaram o acordo. Em 10 de Setembro de 1964, o acordo entrou em vigor quando vinte outros países subscreveram 65% do capital social, que então se situava em 250 milhões de dólares americanos. A sessão inaugural da Assembléia de Governadores foi realizada de 4 a 7 de Novembro de 1964 em Lagos, na Nigéria. As operações do Banco tiveram início em 1 de Julho de 1966 em Abidjan, na Costa de Marfim.

O Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) engloba o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e duas janelas concessionais, nomeadamente o Fundo Africano de Desenvolvimento (FAD), criado em 1972, e o Fundo Fiduciário da Nigéria (FFN), estabelecido em 1976.

O objectivo principal do Grupo do Banco é promover o desenvolvimento económico e o progresso social dos seus países membros regionais. O Banco Africano de Desenvolvimento é constituído por 53 países membros regionais (países africanos) e 24 países membros não regionais (estados não-africanos). A adesão dos membros não-regionais ao BAD remonta a Maio de 1982, na sequência da decisão do Conselho de Governadores sobre a participação dos Estados não-Africanos. Para se tornar um

membro do BAD, os não-regionais devem aderir ao FAD. A Turquia está em vias de finalizar os instrumentos de adesão para se tornar o 78º país membro do Grupo do Banco.

Os recursos do BAD são provenientes das subscrições de capital realizadas pelos países membros, dos empréstimos realizados ao abrigo dos mercados de capitais internacionais, bem como do rendimento gerado pelos empréstimos. Em 31 de Dezembro de 2009, o seu capital social ascendia a 21,87 biliões de Unidades de Conta (UC), ou seja 34,28 biliões de dólares, e o capital subscrito a 21,81 biliões de UC, equivalentes a 34,19 biliões de dólares.

Quanto ao Fundo Africano de Desenvolvimento (FAD), os seus recursos provêm principalmente das contribuições feitas regularmente pelos Estados participantes, geralmente a cada três anos. Em 2008, a décima primeira reconstituição do FAD atingiu um recorde de 8,9 biliões de dólares americanos. Estão em curso negociações para a reposição do FAD-XII.

Em relação ao Fundo Fiduciário da Nigéria, os recursos advêm principalmente das contribuições da República Federal da Nigéria.

A sede do BAD situa-se em Abidjan, na Costa de Marfim, mas actualmente está a funcionar a partir da Agência Temporária de Relocalização (ATR), em Tunes, devido a situação política na Costa de Marfim.

Ao longo dos anos, o Banco tem adaptado os seus instrumentos, produtos e actividades, a fim de atender às diversas necessidades dos seus países membros regionais. Passou a dar prioridade às questões de género, às alterações climáticas, ao ambiente e à segurança alimentar. A estratégia de médio prazo do Banco, para o período de 2008-2012, está estruturada em torno das seguintes prioridades: as infra-estruturas, a governação, o sector privado, o ensino superior e a integração regional. Esta estratégia coloca uma ênfase especial nos países de renda média, como Cabo Verde, que têm necessidades de desenvolvimento bem específicas.

Em 31 de Dezembro de 2009, as aprovações cumulativas (1967-2009) em empréstimos e doações para os países membros regionais (PMRs), atingiu 73,57 biliões de dólares para 3.414 operações. Os principais sectores abrangidos por estas operações são as infra-estruturas (46,7%), os multi-sectoriais (programas de reformas, governação, etc.) (12,2%), o sector financeiro (12,5%), a agricultura e o desenvolvimento rural (13,6%), o sector social (9,6%), as indústrias e minas (4,9%), o ambiente (0,4%) e o desenvolvimento urbano (0,01%).

Apenas em 2009, as aprovações de empréstimos e subvenções do Grupo do Banco somaram 11,77 biliões de dólares americanos. A distribuição sectorial das operações aprovadas é a seguinte:

infra-estruturas (52%), multi-sectoriais (29,2%), sector financeiro (10,8%), agricultura e desenvolvimento rural (2,9%), sector social (3%), indústria e minas (1,5%), ambiente (0,6%) e desenvolvimento urbano (0,02%).

As ações concretas realizadas ao longo dos anos pelo Grupo do Banco têm ajudado a consolidar a sua imagem e credibilidade nos mercados financeiros internacionais, como evidenciado pelas avaliações que recebeu das principais agências internacionais de classificação, tais como Standard & Poor's, Moody's, Fitch Ratings e Japan Credit Rating Agency, ou seja, AAA e AA+, respectivamente, para a dívida sénior e a dívida subordinada. A credibilidade do Banco é testemunhada pelo firme apoio que recebe dos seus acionistas, pelo seu estatuto de credor preferencial, pela adequação e robustez da sua estrutura financeira e pela prudência de suas políticas e gestão.

O Grupo do Banco é liderado por Donald Kaberuka, ex-ministro das Finanças da República de Ruanda. Karuka é o 7º presidente do Grupo do Banco, eleito em Setembro de 2005, em Tunes, para um mandato de cinco anos renováveis.

Em 31 de Dezembro de 2009, o número total de funcionários regulares do Banco era de 1.673 pessoas. As mulheres representam 30% dessa força de trabalho.



Cabo Verde

Mensagem do Presidente da República de Cabo Verde

"Contamos com o BAD para vencer os desafios do desenvolvimento"

Cabo Verde é um país insular, onde a comunicação entre as ilhas e entre a população exige infra-estruturas de transportes. Daí a importância do aeroporto da Praia, que é uma grande infra-estrutura construída, graças ao apoio do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD). O aeroporto encontra-se na maior e mais populosa ilha do país, facilitando a circulação de passageiros, o que resulta em economia de tempo e aumento de recursos.



O Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) tem desempenhado um papel muito importante no progresso económico e social realizado por Cabo Verde desde que o país conquistou a independência em 1975. O BAD, enquanto banco africano, tem apoiado o país nos seus esforços. Ele depositou a sua confiança em nós,

no povo caboverdiano e no país. Hoje, os líderes do BAD estão convencidos de terem tomado a decisão certa, pois Cabo Verde avança.

Todavia, o país ainda precisa de investimentos em diversos sectores, mais do que no passado. Para além do sector das infra-estruturas, temos o problema da energia, que é um sector vital para Cabo Verde. Se os actuais problemas energéticos não forem resolvidos, o progresso do país será lento. Daí a necessidade de dotar o país de capacidade energética, e para tal contamos com o BAD e outros parceiros.

Espero que o BAD faça o trabalho de sensibilização junto a outros doadores no sentido de nos apoiar na resolução dos problemas de energia e a desenvolver as nossas infra-estruturas de transportes (portos e aeroportos) para permitir-nos vencer os desafios do desenvolvimento.

Pedro Pires
Presidente da República
de Cabo Verde

Mensagem do Presidente do BAD

A relação entre o Banco e Cabo Verde tem sido sempre exemplar. Vale a pena lembrar que o Banco foi uma das primeiras instituições internacionais a apoiar o país após a independência. Desde a primeira operação aprovada em 1977, já apoiamos 39 operações num montante líquido superior a 160 milhões de UC. Actualmente, a nossa carteira activa consiste de 5 operações, no valor de 57 milhões de UC. A maior parte dessas operações foi realizada nas áreas das infra-estruturas (transportes e energia) e apoio às reformas por meio de apoios institucionais e ajudas orçamentais. A boa governação de uma maneira global é patente e isso se reflecte na qualidade da carteira. Segundo especialistas, os projectos têm contribuído para melhorar o nível das infra-estruturas no país, uma condição sine qua non para a redução dos custos de insularidade e a promoção do desenvolvimento do sector privado. Os benefícios fizeram-se igualmente sentir na qualidade de vida da população e no desempenho económico, particularmente durante a última crise financeira internacional.

Ao negociar brilhantemente durante o período da crise financeira, Cabo Verde pôde continuar a implementar a sua Estratégia de Transformação



Económica, que lhe permitiu atingir o estatuto de país de rendimento médio em 2008, e provavelmente lhe permitirá emergir economicamente. Essa conquista excepcional, para um país com poucos recursos naturais, é para mim, a prova de que o desenvolvimento não acontece sem a boa governação, sem instituições sólidas, e sem a tranquilidade política e social. Cabo Verde é um exemplo para os nossos Países Membros Regionais. O estatuto de referência, no entanto, implica uma grande responsabilidade por parte de Cabo Verde em relação ao continente e aos parceiros de desenvolvimento, que esperam que o país consolide os seus ganhos e tenha sucessos como país de rendimento médio.

Por último, quero assegurar que nos próximos anos o papel do BAD no país será reforçado. Graças aos recursos financeiros que actualmente estão disponíveis, devido à passagem de Cabo Verde à categoria de país mixto e ao trabalho que o Banco pretende implementar no domínio económico e sectorial nos próximos anos, a nossa instituição manterá a liderança na parceria com Cabo Verde. Os recursos disponíveis certamente terão um efeito positivo sobre a trajectória de crescimento e desenvolvimento estabelecidos pelo país para os próximos anos.

Donald Kaberuka
Presidente do Banco Africano
de Desenvolvimento

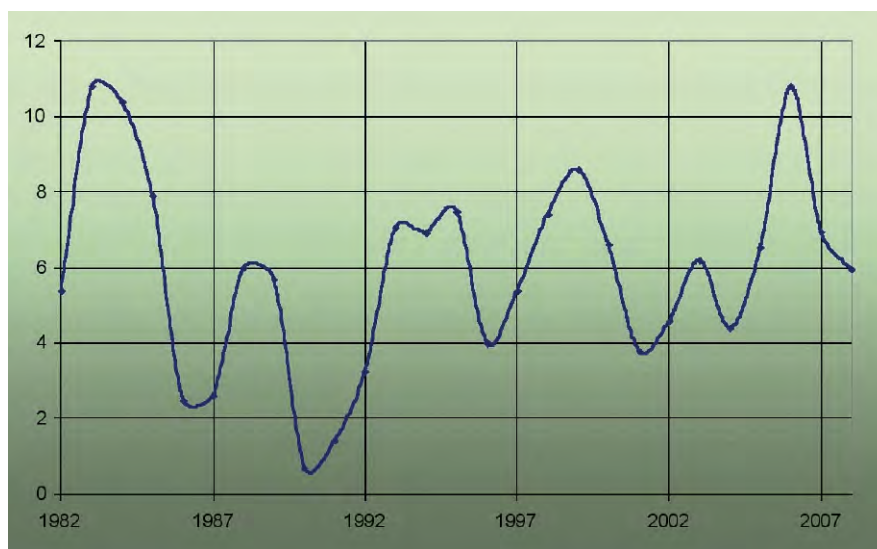
Cabo Verde: Apresentação Geral

Cabo Verde é considerado como um dos países com melhor desempenho político, económico e social no continente africano. Como resultado, o país conquistou o estatuto de país de rendimento médio, o que lhe dá direito a obter financiamentos não-concessionais do BAD, mantendo o acesso aos recursos concessionais do FAD.

Entre 2004 e 2007, Cabo Verde teve um crescimento médio do PIB de 7%, e a inflação

foi de 6,8% em 2008. O país conseguiu controlar o défice orçamental (1,2% do PIB, em 2008) e a dívida (41,5% do PIB, para a dívida externa e 15,8% para a dívida interna, em 2008). Os motores do crescimento são a indústria do turismo, a taxa de investimento que ascendeu a 48% do PIB em 2008, as remessas da diáspora (estima-se que mais de um milhão de caboverdianos vivam na diáspora), o IDE (Investimento Directo Estrangeiro) e a APD (Ajuda Pública ao Desenvolvimento).

Figura 1: Evolução da Taxa de Crescimento de Cabo Verde de 1982 a 2008



Fonte : Departamento de estatística do BAD.

Todavia, a crise financeira global não poupou as principais fontes de financiamento externo. Para compensar, o Governo de Cabo Verde desenvolveu um pacote de medidas contracíclicas, tais como a flexibilização das relações de imposto sobre o agregado e o rendimento de pessoas colectivas, o programa de investimentos públicos no valor de 4 biliões, bem como o aumento de transferências sociais para as famílias vulneráveis.

A política monetária tem consolidado a independência do Banco Central, a fim de manter a ligação monetária que garante a convertibilidade do escudo em relação ao euro, bem como a atracção da poupança dos emigrantes. Reformas institucionais e de governação estão em curso e visam a modernização e racionalização das estruturas do Governo. O Núcleo Operacional para a Sociedade de Informação (NOSI), criado para gerir o Plano de Acção para a Governação

Electrónica (PAGE), pôs em prática o Sistema de Informação de Gestão Orçamental e Financeira (SIGOF) e, mais recentemente, a Casa do Cidadão, que permite a emissão de registos eletrónicos, tais como o registo civil e empresarial, inclusive para a diáspora. De modo a cumprir os requisitos para a integração de Cabo Verde na economia regional e global (EPA/UE, OMC, CEDEAO), o governo lançou planos de acção específicos em matéria de reformas fiscais e aduaneiras. No quadro da CEDEAO, está em curso a assistência para a integração regional.

Quadro 1				
Cabo Verde : Projecções Macroeconómicas para 2009-2012				
	2009	2010	2011	2012
	Crescimento			
PIB	4,1	5,1	5,5	7,0
Inflação (fim do período)	1,0	1,4	2,0	2,0
	em % do PIB salvo indicação contrária			
Conta corrente no exterior	-19,4	-22,9	-22,3	-15,7
Reserva internacional bruta (em termos de mês de importação)	3,9	3,8	4,0	3,7
Reserva líquida (milhões de Euros)	270	285	300	315
Saldo orçamental	-8,8	-9,9	-10,0	-6,0
Empréstimo exterior líquido	-0,8	1,0	0,8	-0,5
Dívida interna	13,9	14,2	14,1	12,3

Na sequência do crescimento robusto e de investimentos consideráveis no capital humano, Cabo Verde deverá atingir a maioria dos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento (OMD). A paridade de género já foi alcançada no ensino primário e, virtualmente, no ensino secundário. As taxas de mortalidade infantil e materna têm declinado significativamente. A taxa de pobreza baixou de 37% em 2001 para 28% em 2006.

O principal desafio de Cabo Verde decorre de sua insularidade e configuração em forma de arquipélagos. O país é constituído por dez ilhas de origem vulcânica situadas no Oceano Atlântico. Esta situação tem causado problemas

técnicos e financeiros para o desenvolvimento dos sectores de energia, água e saneamento, e transportes; e aumenta os custos de produção. Outros desafios dizem respeito: à redução dos recursos hídricos e à salinização gradual das águas subterrâneas nas zonas costeiras devido às alterações climáticas; à vulnerabilidade do país a choques externos, e ao ambiente de negócios e competitividade que precisam ser melhorados.

Em termos de oportunidades, Cabo Verde tem um forte potencial turístico e uma hábil gestão das relações com a diáspora. Os ganhos económicos, financeiros e as conquistas democráticas constituem igualmente o ponto forte do país, assim como a sua posição geo-estratégica para o transporte internacional e as potencialidades para o desenvolvimento de fontes de energia renováveis. As instituições políticas e de governação são estáveis. O processo democrático é credível e os cidadãos gozam de liberdades civis e de direitos políticos. A legislação caboverdiana consagra a igualdade de género em todas as esferas, incluindo da educação. O Plano Nacional para a Igualdade e Equidade de Género tem sido implementado com o objectivo de reforçar as capacidades visando uma maior democratização do sistema de relações de poder, a melhoria de oportunidades a todos os níveis, a mudança de comportamentos e atitudes, e uma eventual discriminação positiva da mulher, quando tal se mostrar necessário. A nível político, 50% do governo de Cabo Verde é constituído por mulheres.

Cabo Verde iniciou a implementação da Estratégia de Transformação Económica (ETE), uma visão de desenvolvimento nacional de longo prazo que tem orientado a Estratégia de Crescimento Económico e de Redução da Pobreza para o período 2008/2011 (ECERP-II). O Documento de Estratégia Nacional preparado pelo Governo de Cabo Verde e pelo BAD para o período de 2009/2012 apoia-se principalmente no processo de boa governação e no desenvolvimento das infra-estruturas, que irá impulsionar o turismo como motor de crescimento e melhorar a competitividade económica. O BAD é actualmente um parceiro estratégico de Cabo Verde no processo da consolidação do seu estatuto de economia emergente.



FICHA DESCRITIVA DA REPÚBLICA DE CABO VERDE	
Dados geográficos	Arquipélago de origem vulcânica, 10 ilhas e 8 ilhéus, situados na costa ocidental da África, na zona do Sahael.
Superfície	4.033 km ²
População	460 000 habitantes Densidade populacional:114 habitantes por km ²
Principais cidades	<ul style="list-style-type: none"> • Praia (capital): 124.661 habitantes. • Mindelo (Ilha de São Vicente) : 74.640 habitantes • Santa Maria (Ilha do Sal) 20.114. • Pedra Badejo (Ilha de Santiago) 10.043
Independência	Proclamação da independência no dia 5 de Julho de 1975
Presidente	Sua Excelência Pedro Verona Rodrigues Pires
Constituição	<ul style="list-style-type: none"> • A primeira Constituição foi adoptada no dia 7 de Setembro de 1980 • O artigo 4 da Constituição foi revisto para permitir o multipartidarismo em 1990
Sistema eleitoral	<ul style="list-style-type: none"> • O Presidente da República é eleito através do sufrágio universal directo por um mandato de cinco anos renovável uma vez. • A Assembleia Nacional é composta por 72 membros eleitos a cada cinco anos através do sufrágio universal directo, dos quais 6 são eleitos por caboverdianos residentes no exterior. • O Presidente nomeia o Primeiro-Ministro no seio da maioria parlamentar.
A moeda	<ul style="list-style-type: none"> • Escudos de Cabo Verde (CVEsc)= 100 centavos. • Em Julho de 1998, o CVEsc foi arrimado ao escudo de Portugal. Taxa aplicada: CVEsc0,55:Esc1. A arrimação foi transferida para o Euro à taxa de CVEsc110,265:Eur1
Indicadores macroeconómicos	<ul style="list-style-type: none"> • PNB/por pessoa (2008) : 3.130 • PIB (Biliões USD corrente, 2009) :1,74 • Taxa de crescimento (2009) 4,1% • Taxa de inflação (anual, 2009) :1,0 • Saldo orçamental (%PIB, 2009) : 8,8%

Estratégias de Cooperação BAD/Cabo Verde: 2009-2012



A estratégia do Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento para o período 2009-2012 dá prioridade à consolidação da boa governação económica e financeira, e ao desenvolvimento das infra-estruturas.

O pilar Apoio à Consolidação da Boa Governação Económica e Financeira conta com três objectivos: Apoiar a Modernização do Governo, Consolidar o Reforço da Gestão das Finanças Públicas e Melhorar o Ambiente de Negócios e Aumentar a Competitividade.

Apoio à Modernização do Governo

O apoio do Banco ao processo de modernização levado a cabo pelo Governo de Cabo Verde baseia-se na estratégia governamental para a reorganização do serviço público através de reformas institucionais, legais, fiscais e digitais, sob a supervisão da Unidade de Coordenação da Reforma do Estado (UCRE). O Banco irá particularmente apoiar as medidas que visam reduzir a burocracia que possa afectar o ambiente de negócios; bem como a implementação de medidas de simplificação fiscal, previstas no novo código de impostos e taxas aduaneiras. Em termos de reformas institucionais, as operações do Banco no domínio da ajuda orçamental apoiam as medidas de reestruturação do Ministério das Finanças de modo a torná-lo mais eficaz em termos de análises macroeconómicas e projeções, da mobilização de recursos financeiros, e do planeamento estratégico.

Para apoiar o NOSI e a PAGE no processo de digitalização dos serviços administrativos, o Banco irá financiar a primeira fase do Projecto Nacional de Plataforma Informático Multidisciplinar. A plataforma será utilizada para o reforço da digitalização da administração pública, e como centro tecnológico onde empresas poderão instalar-se, numa perspectiva de partilha de recursos e serviços, o que permitirá maximizar a produtividade e a competitividade das empresas.

Consolidação do Reforço da Gestão das Finanças Públicas

O sistema de gestão das finanças públicas e do quadro fiduciário de Cabo Verde tem sido consideravelmente reforçado nos últimos anos. Entretanto, existem ainda desafios referentes à eficácia da cobrança fiscal e da auditoria interna do desempenho. Durante 2009-2010, o BAD contribui para o reforço da gestão das finanças públicas através do sistema institucional de ajuda orçamental (PASRP II), em curso desde 2006 e 2008. A ajuda orçamental de 2008 foi substancialmente reforçada com um suplemento em 2009 e 2010, e deverá ter continuidade em 2011 (PASRP III).

Um dos resultados qualitativos esperados da série de operações de ajuda orçamental é o de apoiar o país a absorver os efeitos da crise económica e aprofundar as reformas já iniciadas, que visam otimizar a alocação das despesas

públicas aos sectores prioritários. Outras medidas deverão proteger a sustentabilidade da dívida pública renovada, apoiando os esforços do Governo para incorporar todos os fundos de institutos autónomos na gestão das finanças do Governo, com vista a evitar a acumulação de atrasados. Um terceiro conjunto de medidas encontra-se orientado para o reforço do sistema de controle interno através da criação de novas estruturas de controle e da extensão do seu mandato a todas as estruturas do Governo.

O funcionamento eficaz do sistema de aquisição pública, com base em padrões internacionais é outro objectivo fundamental a ser alcançado para otimizar o processo de contratação pública. Neste sentido, o Banco recomenda a criação de uma estrutura centralizada responsável pela supervisão da regulamentação dos contratos públicos; bem como a condução de supervisão e controle. O estabelecimento da Unidade Central de Gestão de Aquisições no Ministério das Finanças é igualmente recomendado. Ela será responsável pela coordenação dos processos de adjudicação de contratos públicos dos ministérios sectoriais. Outras recomendações foram igualmente realizadas, tais como o estabelecimento de Unidades de Gestão de Contratos, que serão responsáveis pela gestão técnica dos contratos públicos em cada ministério sectorial, e a preparação de modelos de documentos de licitação.

Características dos serviços da nova geração

Citizen Centric	Serviços focados nas necessidades dos cidadãos para maximizar a sua satisfação
One Stop Shop	Serviços e produtos integrados prestados por agentes da AP, como a Casa do Cidadão, através de um único Balcão
Life Cycle	Serviços agrupados e organizados em função do Ciclo de Vida do cidadão e das empresas e não em razão da estrutura orgânica da AP
Quality	Ênfase na qualidade e oportunidade dos serviços

Melhorar o Ambiente de Negócios e Aumentar a Competitividade

Através da ajuda orçamental, o BAD incentivará o Governo a tomar as medidas necessárias para que Cabo Verde suba do 143º lugar, da classificação actual do Relatório Doing Business, para o 132º no início de 2012. A este respeito pretende-se formular o quadro jurídico para as empresas em dificuldades, com disposições para a prevenção de liquidação, de compensação legal, de falência e liquidação de activos. As discussões sobre as flexibilidades a serem introduzidas no mercado de trabalho devem fazer parte do diálogo social.

Cabo Verde irá igualmente beneficiar do desenvolvimento do sector privado levado a cabo pelo IFC no âmbito do Millennium Challenge Account (MCA), que promove a capacitação dos empresários locais, melhorando o acesso ao crédito para as PME. Neste quadro, realiza-se igualmente, o reforço das capacidades dos vários intervenientes no sector turístico, abordando os principais obstáculos para investimentos privados. Em consonância com o programa, a intervenção do Banco será gradual. O BAD irá, em primeiro lugar, realizar um trabalho económico e sectorial sobre a competitividade e a melhoria do ambiente de negócios (um estudo sobre os custos da insularidade, o perfil do sector privado e um estudo sobre a competitividade dos serviços fiscais e medidas de ajuda orçamental). Posteriormente, o BAD incidirá sobre as linhas de crédito para as PME / PMI, bem como investimentos em PPP.

O pilar Contribuição para o Desenvolvimento das Infra-estruturas e Modernização tem três objectivos chave: Melhorar o Desenvolvimento das Infra-estruturas de Transportes, Reduzir o Défice de Produção de Energia através do Desenvolvimento das Infra-estruturas, Contribuir para Mitigar os Efeitos das Mudanças Climáticas e Mobilização de Recursos Hídricos.

Melhorar o Desenvolvimento das Infra-estruturas de Transportes

O desenvolvimento das infra-estruturas, com base em normas internacionais, é crucial para

reduzir as restrições e os custos da insularidade, bem como melhorar a competitividade e o posicionamento do país como um centro de transportes internacionais. O objectivo do Governo de Cabo Verde, de acordo com o Plano Estratégico de Transportes 2008-2011, é dotar o país de um sistema de transportes que atende aos padrões internacionais de eficiência e qualidade. O BAD irá financiar o desenvolvimento das infra-estruturas portuárias e aeroportuárias. O projecto de extensão do aeroporto de Praia, irá permitir o processamento rápido de 500 passageiros por hora e a construção de instalações aeroportuárias de acordo com normas internacionais. O Projecto de extensão do porto de Mindelo consiste na extensão da plataforma em mais de 3 hectares, bem como na construção de 400 m da estrada que ligará o cais à rede de estradas públicas de modo a facilitar o trânsito de contentores e de mercadorias.



Reduzir o Défice de Produção de Energia através do Desenvolvimento das Infra-estruturas

O objectivo do Governo, conforme definido na sua estratégia do Sector Eléctrico é atender a crescente demanda de energia, induzida por actividades económicas e pela necessidade de dessalinização para a produção de água potável. Pretende-se aumentar a capacidade de produção de electricidade de 73,9 MW em 2008 para 100 MW em 2010 e 140 MW em 2012. A produção será efectuada através de combustíveis fósseis e usinas térmicas, e a médio

prazo através do desenvolvimento de energias renováveis (50% da produção em 2025). O BAD tem vindo a apoiar o sector da energia, através do Projecto de Reforço da Capacidade de Produção e Distribuição da Rede de Santiago, co-financiado pela JBIC. Isso permitirá duplicar a capacidade instalada de 22 MW em 2008 para 44 MW em 2010. O Banco irá igualmente co-financiar o projeto de Interligação, Distribuição e Transmissão de electricidade em 6 ilhas, e o Projecto de centralização da produção de energia em 4 ilhas. Os dois projectos contribuirão para a redução: da actual produção de energia e défices de distribuição; dos custos através da interligação das redes inter-ilhas; e das perdas técnicas e não técnicas de 30% em 2008 para 24% em 2010 e 20% em 2012. O objectivo final é de melhorar a situação financeira da Electra e reduzir o montante das transferências do Governo de 3,8 milhões de euros em 2008 para 2,0 milhões de euros em 2010.

Contribuir para Mitigar os Efeitos das Mudanças Climáticas e Mobilização de Recursos Hídricos

A redução das chuvas associada à exploração intensiva das águas subterrâneas levou à salinização gradual das águas subterrâneas nas zonas costeiras, afectando a actividade agrícola e a segurança alimentar. Face a esta situação, a redução da pressão sobre os recursos hídricos subterrâneos é um imperativo. Também é necessário explorar as possibilidades de manutenção e de aproveitamento da água que desagua no mar anualmente, através da construção de pequenas barragens. O potencial das águas de superfície, estimado em 180 milhões de m³ de água por ano, é praticamente inexplorado. O BAD vai apoiar o Governo na realização de um estudo estratégico sobre a captação de água. A Facilidade Africana de Água financiará o estudo preliminar sobre o aproveitamento da água na superfície. O estudo vai orientar as políticas públicas do Governo e o financiamento de projectos por parte do BAD. O Banco irá determinar como apoiar tecnicamente o país através da sua Estratégia de Adaptação e de Gestão de Risco Climático (CRMA), e do Quadro de Investimento de Energia Limpa (CEIF).

Operações do BAD em Cabo Verde

O Grupo do Banco iniciou as suas operações em Cabo Verde logo após a independência do país. Ao longo dos anos, o BAD apoiou o governo, sobretudo, a pôr em prática políticas, estruturas e instituições para o desenvolvimento do país. Foram concedidos apoios financeiros, sob forma de empréstimos, linhas de crédito e subvenções destinados a incentivar programas de reforma, projectos e operações de capacitação, bem como a assistência ao governo durante as situações de emergência devido à seca. Desde 1977, o Banco aprovou 39 operações para Cabo Verde, num montante aproximado de 164,28 milhões de UC, equivalentes a 255.65 milhões de dólares.



**Operações do Grupo do Banco
em Cabo Verde**
De 1977 a 31 de Março de 2010

Sector	Nº de Projectos	Montante aprovado (em milhões de UC)
Agricultura	10	22,98
Equipamentos colectivos	6	19,34
Transportes	7	31,48
Indústria	1	0,98
Social	7	27,9
Electricidade	1	4,82
Multisectorial	7	56,78
TOTAL	39	164,28

Lista de projectos de Cabo Verde aprovados pelo BAD desde 1977

Projectos por sector	Fonte	Data de aprovação	Data de fecho	Montante aprovado (Milhões de UC)
A. Agricultura				22,98
Desenvolvimento agrícola integrado de Assomada	FAD	19/10/1978	finalizado	1,92
Programa de relançamento agrícola	FAD	18/12/1986	finalizado	2,11
Desenvolvimento da pesca artesanal	FAD	17/9/1987	30/9/2000	5,33
Estudo sobre a reestruturação da pesca industrial	FAT	17/10/1989	30/6/1994	0,25
Desenvolvimento da pesca industrial	FAD	24/10/1993	31/12/2004	5,66
Estudo agrícola MADINA		13/12/1993	anulado	0,00
Estudo sobre bacias hidrográficas	FAT	14/5/1997	finalizado	0,38
Estudo sobre cais de pesca	FAT	9/05/97	finalizado	0,29
Projecto piloto-programa de segurança alimentar	FAT	18/4/2002	31/12/2004	0,74
Projecto de ordenamento e valorização das bacias hidrográficas de Picos e Engenhos (Ilha de Santiago)	FAD	18/9/2002	31/12/2010	5,96
Ajuda de urgência às vítimas da seca	SRF	29/10/2003	31/12/2006	0,34
B. Equipamentos colectivos				19,34
Extensão e modernização das redes de telecomunicações	FAD	16/8/1977	31/12/1996	1,83
	FFN			1,60
Empréstimo suplementar	FAD	24/2/1986	31/12/1994	1,24
Estudo sobre abastecimento de água e saneamento em Mindelo	FAD	19/10/1978	30/6/1981	0,08
Abastecimento de água potável e saneamento de Mindelo - fase I	FAD	30/10/1981	30/6/1997	5,96
Abastecimento de água e saneamento de Mindelo - fase II	FAD	15/3/1990	31/12/1965	7,86
Estudo sobre abastecimento de água potável e saneamento nos centros urbanos e secundários	FAT	20/11/1990	31/12/1997	0,77
C. Transportes				31,48
Estaleiro de reparação naval de Mindelo	BAD	26/8/1982	31/12/1983	10,00
Empréstimo suplementar	BAD	22/8/1983	6/10/86	2,05
Planeamento do Porto de Maio	FAD	19/11/1984	anulado	0,50
Estudo sobre a melhoria das condições de exploração do estaleiro naval de Mindelo	FAT	17/9/1987	30/6/1994	0,53
Melhoria das condições de exploração do estaleiro naval de Mindelo (São Vicente)	FAD	18/3/1991	31/12/1996	3,64
Construção do aeroporto internacional da Praia	FAD	19/11/1991	31/3/2005	6,54
	FFN	19/11/1991	31/3/2005	4,98
Programa de estradas	FAD	25/5/1997	31/3/2005	3,24
D. Indústria				0,98
Exploração do sal de Maio		15/3/1990	anulado	0,00
Apoio institucional ao Ministério da Indústria e Energia	FAT	28/1/1991	31/12/1998	0,98
D. Energia				4,82
Reforço das capacidades de produção, transporte e distribuição de electricidade na ilha de Santiago	FAD	19/12/2007	31/12/2011	4,82
E. Social				27,9
Formação de recursos humanos e desenvolvimento dos serviços de saúde	FAD	29/12/1981	31/12/1997	7,36
Estudo do projecto de educação	FAT	24/8/1984	31/12/1995	0,93
Projecto de reestruturação e expansão do sistema educativo	FAD	27/5/1988	31/12/1996	9,85
Estudo do sector da saúde	FAD	9/03/93	anulado	0,00
Educação II	FAD	6/05/97	Finalizado	3,76
Projecto de apoio institucional ao sector da educação	FAD	29/9/2004	30/6/2010	1,00
Projecto de promoção sócio-económica dos grupos desfavorecidos	FAD	22/3/2000	30/6/2007	5,00
F. Multi-sectorial				56,78
Apoio institucional ao Ministério das Finanças e do Plano	FAT	18/4/1990	31/1/2006	2,30
	FAD	18/4/1990	31/12/2003	0,94
Programa de apoio às reformas económicas (PARE-I)	FAD	28/9/1998	31/12/2000	3,00
Programa de apoio às reformas económicas (PARE-II)	FAD	4/09/02	24/6/2003	2,50
Programa de apoio às reformas económicas (PARE-III)	FAD	6/10/04	31/12/2005	2,50
Programa de ajuda orçamental ao Programa de apoio à Estratégia de Redução da Pobreza (PASRP-I)	FAD	21/11/2006	30/6/2010	3,39
	FAD	21/11/2006	30/6/2010	0,75
Programa de ajuda orçamental ao Programa de apoio à Estratégia de Redução da Pobreza (PASRP-II)	FAD	22/12/2008	31/12/2010	5,00
Ajuda orçamental suplementar ao Programa de apoio à Estratégia de Redução da Pobreza (PASRP-II)	BAD	28/10/2009	31/12/2010	36,40
Total				164,28

Testemunho de Américo Medina, Director do Aeroporto da Praia



“O projecto de construção do aeroporto da Praia foi e é de uma grande importância para Cabo Verde. Foi um projecto que nos permitiu ter um sistema aeroportuário baseado em dois aeroportos internacionais, o que enriqueceu bastante a nossa competitividade, a nossa capacidade de resposta e de atendimento a determinado tipo de demanda no sector dos transportes aéreos. Isso também deu mais conforto aos nossos passageiros e operadores económicos. Antes nós tínhamos apenas o aeroporto internacional do Sal como o único “gateway” (ponto de partida e entrada) para Cabo Verde. A Praia tinha o aeroporto doméstico “Francisco Mendes”, com muitas limitações, que inibia bastante o

desenvolvimento económico, nomeadamente a nível do comércio e do turismo. Os impactos directos e indirectos na economia, ainda estão por medir. O que nós temos verificado é um crescimento exponencial do movimento de cargas, de passageiros, de aeronaves, na medida que a capital passou a ter ligações directas com Boston, Fortaleza, Paris, Lisboa, Canárias, Amesterdão, Itália..., o que trouxe uma dinâmica totalmente nova às actividades económicas. Ao mesmo tempo, a entrada em funcionamento deste aeroporto, abriu novas oportunidades de negócios para os hotéis, os comerciantes, os serviços de restauração, a organização de eventos, os táxis, entre outras.”

O projecto de construção do aeroporto da Praia teve início em 1997. Tinha como objectivo criar condições para o desenvolvimento do país e da integração sub-regional.

Operações financeiras 2009-2012

Com o estatuto de país de rendimento médio, Cabo Verde passa à “categoria B”, ou seja “devedor misto”, em conformidade com a política de empréstimos do Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento, que lhe dá acesso aos dois recursos da instituição, BAD e FAD. Cabo Verde irá igualmente beneficiar da Estratégia do Banco para o Desenvolvimento do Sector Privado (2007) e do Quadro Estratégico do Banco para aumentar o apoio aos países de rendimento médio (2008). O limite de crédito para Cabo Verde junto ao BAD é de aproximadamente 98 milhões de UC para o período 2009-2013. O país terá igualmente acesso ao saldo total de 7 milhões de UC no quadro do FAD XI.



Projectos em Curso Financiados pelo BAD



A carteira activa de Cabo Verde é composta por 5 operações num montante total líquido de 57,32 milhões de Unidades de Conta (UC), incluindo 31,02 milhões de UC desembolsados (54%). Quatro sectores têm merecido prioridade: a ajuda orçamental e o reforço institucional (79,5%, duplicou a partir de 2008), o sector rural (10, 4%), o sector das infra-estruturas (8,4%), e o sector social (1,7%).

Projecto de Ordenamento e Valorização das Bacias Hidrográficas de Picos e Engenhos

Este projecto tem como principal objectivo contribuir para a redução da pobreza nas zonas rurais através da conservação do solo e da mobilização de recursos hídricos, bem como do desenvolvimento de recursos para a produção agrícola sustentável de modo a melhorar os rendimentos dos beneficiários do projecto.

Resultados alcançados: Em ambas as bacias, o projecto organizou 297 hectares de vegetação através do estabelecimento de 5 km de vegetação; 3.042 m³ de diques de pedra seca, 3.642 m³ de alvenaria, 6967m³ de parede em gabiões, 82,67 km de linhas de pedra, reparação de 15,75 km de banquetes, 24,8 km de cercas vivas, 144,66 km de muretes, 12.261 caldeiras e plantações, plantação de 1135 hectares de feijão-congo, plantação de 22.939 árvores frutíferas e desenvolvimento de 9 hectares de hortas.

Nome do Projecto: Projecto de Ordenamento e Valorização das Bacias Hidrográficas de Picos e Engenhos

Data de Aprovação: 18 de Setembro de 2002

Custo Total do Projecto: 10,66 Milhões de UC

Fontes de Financiamento:

GdCV: 1,28 Milhões de UC

FAD: 5,96 Milhões de UC

BADEA: 3,42 Milhões de UC

Agência Executora: Ministério da Agricultura e das Pescas

Foram construídas infra-estruturas de correcção do fluxo torrencial, ou seja 117 diques de correcção de fluxos torrenciais, 103 diques de alvenaria, 10 diques em gabião, 4 diques de pedra seca, 1,9 km de banquete.

Quanto às infra-estruturas de mobilização de recursos hídricos, foram construídas 17 diques de captação de água, 5 reservatórios de armazenamento de água de grande capacidade, 10 reservatórios de armazenamento de água de pequena capacidade, assim como 3 telas e 19 poços de água subterrânea equipados. Essas obras ajudaram a mobilizar mais de 30.000 m³ de água por ano.

O sistema de crédito estabelecido permitiu o financiamento de 75 projectos de natureza económica, nomeadamente 30 projectos de produção agrícola, 39 na área da pecuária e 6 no sector do comércio num volume total de 251 090 UC.

As organizações de produtores foram apoiadas através da criação de 17 associações e da redinamização de 7 outras, reagrupando 936 e 738 membros respectivamente, na sua maioria mulheres.

Trinta jovens beneficiaram de formação técnica profissional de longa duração sobre produção agrícola e 18 da formação em construção e engenharia agrícola. Foram realizados cursos técnicos de curta duração em manejo animal e pastagem melhorada, beneficiando 170 pessoas. Cento e sete pessoas foram formadas em técnicas de produção agrícola e em aumento da

produção do feijão-congo; 26 em gestão de crédito; 20 líderes em gestão de associações; e 81 produtores em gestão de propriedades agrícolas. A maioria dos participantes destes cursos foram mulheres.

O projecto teve um reconhecido impacto na valorização das bacias de Picos e Engenhos na Ilha de Santiago, no desenvolvimento da irrigação em pequena escala, no aumento do nível de renda dos agricultores e criadores de animais, na significativa melhoria do acesso à água em meio rural; e na sensibilização dos habitantes das zonas rurais sobre as questões de desenvolvimento rural.

Testemunho de Oumar Barry, Coordenador do Projecto de Ordenamento e Valorização das Bacias Hidrográficas de Picos e Engenhos



“O projecto de Ordenamento e Valorização das Bacias Hidrográficas de Picos e Engenhos faz parte dos grandes programas implementados pelo Governo, no quadro da luta contra a pobreza, valorização dos recursos naturais e protecção do meio ambiente. O projecto foi concebido para valorizar os recursos naturais (conservação do solo e mobilização de água), apoiar a organização da população e o desenvolvimento agro-silvo-pastoril nas duas bacias hidrográficas. O microcrédito é uma componente importante do desenvolvimento agro-silvo-pastoril. O projecto é financiado pelo BAD, BADEA e pelo Governo de Cabo Verde. Antes do projecto não existia nenhuma infra-estrutura para a mobilização da água e para a protecção do meio ambiente. Hoje, podemos falar de dois tipos de impacto deste projecto. O primeiro impacto é a infra-estruturação das duas bacias hidrográficas. Nessas duas bacias, já foram instaladas 284 infra-estruturas divididas em 134 diques de conservação do solo, 27 de captação de água, 4 barragens subterrâneas, 19 furos (12 em Picos e 7 em Engenhos) e 8 reservatórios de captação de água (3 em Picos e 5 em Engenhos). Há igualmente todo um trabalho que foi feito com as associações de base em termos de construção de banquetas, muretes, plantação de

árvores nas encostas, entre outros. Ou seja, a ribeira já está infra-estruturada. O segundo impacto é económico. Toda a água captada nas bacias hidrográficas serve para irrigar as plantações e dar de beber aos animais. Foi inicialmente prevista a irrigação de 169 áreas, mas actualmente, com a água mobilizada, atinge-se 294 áreas irrigadas. Estamos a mobilizar, à volta dessa



área, 295 famílias que ao explorarem uma área de meio hectare de regadio cada, têm um rendimento líquido de 30.000 escudos, por família, a cada trimestre de cultura hortícola (repolho, batata, tomate). Para além dessas áreas, apoiamos uma área semeada com feijão-congo (mais de 300 hectares) e com sementeira para pasto (400 hectares). Temos um rendimento de cerca de 1.320 kg por hectare de pasto, contribuindo na melhoria da alimentação dos animais e indirectamente no rendimento das famílias que possuem animais. Com a introdução de animais de raça melhorada, temos contribuído também na melhoria do sistema de produção. Temos vacas leiteiras que produzem até 15 litros de leite por dia.”

**Testemunho de
Alcinda P. Cabral Pereira,
Presidente da
Associação
Agro-Ricabom**



“Falo em nome da Associação de mulheres para a conservação de solo e água, que trabalha em Engenhos. A Associação foi criada em 1999 por 25 mulheres e hoje somos 52. Já concorremos para várias obras na ribeira de Engenhos, tais como a construção de um centro comunitário, de creches, de escolas e outras. Neste momento estamos a trabalhar nas bacias, na construção de muros de gabião. Já construímos 3 km de muro, assim como diques e reservatórios de água. Este trabalho tem sido essencialmente desenvolvido por mulheres. Tivemos enormes benefícios na construção das bacias. Durante anos não tínhamos água. Há cerca de dois anos é que passamos a ter água e pudemos ver o desenvolvimento positivo devido as bacias e demais construções. Quando não tínhamos as bacias, trabalhávamos muito mais, pois não tínhamos água. Tínhamos que ir comprar água na Assomada para enchermos as cisternas de 8 em 8 dias. Quando não tínhamos dinheiro, contávamos com a solidariedade dos vizinhos para termos um pouco de água para cozinhar. Este trabalho beneficiou toda a comunidade.”

**Testemunho de Alcídia
Pereira Tavares, Membro
da Associação
Agro-Ricabom**



“Antes não tínhamos água para a agricultura. Agora temos muito trabalho e é através desta água que vivemos. Eu trabalho na agricultura e com a água posso regar a minha cultura de alface e couve. Nós vendemos as nossas hortaliças no mercado da Praia e da Assomada. Com o dinheiro das vendas pago a educação dos meus filhos. No início da construção da bacia eu fui contra, pois o local escolhido para a construção ficava na minha horta e na altura, eu já tinha plantado abóbora, feijão e outros produtos. Depois resolvemos o problema e hoje vejo o benefício da bacia.”

**Projecto de Apoio Institucional ao
Sector da Educação**

Nome do Projecto: Projecto de Apoio Institucional ao Sector da Educação
Data de Aprovação: 29 de Setembro de 2004
Custo Total do Projecto: 1Milhão de UC
Fonte de Financiamento:
FAD: 1Milhão de UC
Agência Executora: Ministério da Educação

O projecto de Apoio Institucional ao Sector da Educação tem por objectivo contribuir para o desenvolvimento dos recursos humanos no sector da educação, através do reforço da capacidade institucional para a formação de professores à distância, utilizando novas tecnologias da informação e comunicação. O projecto enquadra-se nos objectivos, estratégias e acções adoptados pelo Plano Nacional de Educação para Todos (EFA / NAP). O projecto contribui igualmente para a realização dos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento (OMD), particularmente na consolidação e desenvolvimento da Educação de Base, na melhoria da qualidade do ensino básico integrado, na melhoria da equidade e combate às disparidades regionais, bem como no reforço de parcerias com organizações sociais. O projecto tem duas componentes principais: reforço da capacidade nacional para o ensino à distância, e gestão de projectos.

Resultados alcançados: Todos os objectivos foram alcançados. O projecto tem ajudado a



melhorar a qualidade da educação em Cabo Verde, através da formação e valorização dos seus recursos humanos. Esta melhoria dará uma oportunidade equitável de acesso ao ensino e à aprendizagem de qualidade aos meninos e meninas. A melhoria na qualidade do ensino levou ao aumento da eficiência interna, desta feita os alunos estão mais propensos a ter sucesso escolar. Embora as mulheres estejam fortemente representadas no quadro docente, 65,3% a nível do ensino básico, o projecto irá preservar esses ganhos, garantindo a participação equitável de homens e mulheres em diversas actividades de formação no âmbito do projecto, e especialmente no estrangeiro. A melhoria da qualidade de ensino e da eficiência interna do sistema de ensino, tem permitido que um número maior de meninas permaneçam matriculadas na escola primária, aumentando assim, as suas possibilidades de acesso ao ensino secundário.

Testemunho de Aidil Borges, Coordenadora da Unidade de Execução de Projectos de Educação



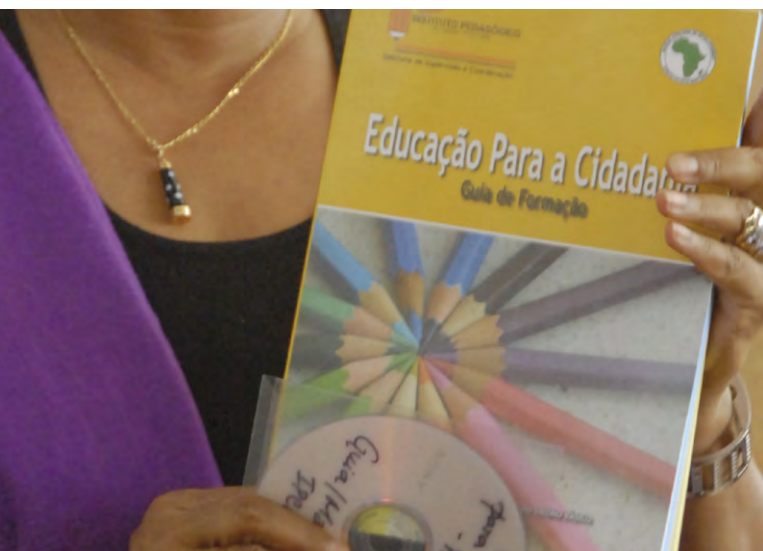
“O projecto de apoio institucional ao sector da educação foi um donativo. Apesar de ser um pequeno apoio institucional ao sector da educação, teve um impacto enorme. Este projecto permitiu-nos resolver um problema muito importante, que é a qualidade. O projecto visou formar professores utilizando as novas

tecnologias de informação e comunicação. Ou seja utilizar a formação à distância para resolver o problema da descontinuidade territorial. Os professores que vivem nos conselhos e municípios as vezes não podem aceder aos centros de formação que se encontram nos centros urbanos, Mindelo e Praia. Nós temos notado que muita gente fica sem formação, principalmente professores, porque não se podem deslocar. Este projecto, apesar de ser um dos menores já financiados pelo BAD em Cabo Verde, teve um impacto considerável, pois veio complementar os outros projectos já financiados pelo Banco. O projecto garantiu a formação de professores sem saírem da sua localidade através da formação à distância, utilizando as novas tecnologias de informação e comunicação. Na primeira fase, o projecto abrangeu apenas duas ilhas do país, Santo Antão e Santiago. Já na segunda fase, o projecto foi extendido a nível nacional abrangendo todos os professores do sistema. Este projecto permitiu-nos trabalhar a questão da cidadania, dos valores morais e sociais, que era a parte que precisava ser reforçada no quadro da reforma que foi feita na educação. Apesar de ser um montante pequeno, cerca de 12% do pacote de projectos da educação, o seu impacto é notável. Conseguimos, com os fundos desse projecto, montar e equipar a rádio educativa com novas tecnologias e fornecer recursos para quase todos os centros nas ilhas. Os programas e conteúdos multimédia produzidos beneficiaram não só os professores através do programa B-learning, mas a sociedade de um modo geral, pois são ouvidos pelos radiouvintes.”

Testemunho de Teresa Carvalho Silva Borges, Presidente do Instituto Pedagógico



“O Instituto Pedagógico (IP) tem por missão a formação de professores do ensino básico, educadores de infância e outros agentes educativos para o sector pré-escolar e ensino básico. O IP é composto de três escolas de formação localizadas na Praia, Assomada e Mindelo. Os nossos cursos funcionam nas escolas e à distância. A partir de 2002/2003 começamos a primeira experiência de formação



à distância na escola de Mindelo, que formou várias dezenas de professores em Santo Antão. Em 2007, começamos uma nova formação à distância nas Ilhas do Fogo e da Brava, que decorreu graças ao apoio institucional ao sector educativo concedido pelo BAD. Essa formação levou à criação do curso de formação contínua e à distância na área da educação para a cidadania. Antes de organizar o curso, dez professores do IP, das escolas da Praia, Mindelo, Assomada e técnicos da Rádio Educativa foram formados e vieram a constituir a equipa responsável pela concepção, organização e implementação do nosso curso de educação para a cidadania. Todos os módulos foram elaborados no IP e deram origem ao guia de formação “Educação para a Cidadania”. O suporte escrito do curso sempre foi acompanhado do suporte áudio. Foram produzidas 64 sessões de rádio. O curso à distância seguiu o modelo B-learning. Com o apoio do BAD equipamos as escolas da Praia, da Assomada e do Mindelo, bem como as delegações escolares que beneficiaram de equipamentos de tecnologia da informação e comunicação para que pudessem ter a internet e a tecnologia necessária para os professores acompanharem o curso. A Rádio Educativa foi nossa grande parceira no desenvolvimento do curso, tendo em conta que todo o curso funcionou de acordo com o modelo B-learning e com sessões de rádio. Numa primeira fase, foram formados 1510 professores, sendo 110 para além do programado. Após a avaliação final da primeira fase, o BAD achou por bem financiar uma segunda fase, que beneficiou os restantes professores do ensino básico. No total foram formados aproximadamente 3200 professores.”

Testemunho de Luís Fortes, Director do Serviço Autónomo da Rádio-Televisão e Novas Tecnologias Educativas



“A Rádio Educativa é uma instituição tutelada pelo Ministério da Educação. A sua função é a formação à distância de professores e alunos, assim como da realização de campanhas de sensibilização para a mudança de comportamentos e atitudes. A Rádio Educativa tem trabalhado



com alunos do ensino básico através de uma metodologia alternativa para o reforço da aprendizagem da língua portuguesa e matemática. Recentemente, a Rádio Educativa abraçou o projecto financiado pelo BAD para desenvolver um programa de formação de professores na área da educação para a cidadania. A partir do financiamento do BAD, conseguiu-se alargar o campo de intervenção em termos de cobertura nacional, porque foi possível adquirir alguns equipamentos para reforçar os estúdios da rádio, bem como emissores e retransmissores. Neste momento conseguimos fazer uma cobertura de quase 100% de todo o país.”

Projecto de Reforço das Capacidades de Produção, Transporte e Distribuição de Electricidade na Ilha de Santiago

Nome do Projecto: Projecto de Reforço das Capacidades de Produção, Transporte e Distribuição de Electricidade na Ilha de Santiago

Data de Aprovação: 25 de Março de 2008

Custo Total do Projecto: 38,7 Milhões de UC

Fontes de Financiamento:

GdCV: 2,75 Milhões de UC

FAD: 4,82 Milhões de UC

JICA/JBIC: 25,07 Milhões de UC

BIDC: 6,06 Milhões de UC

Agência Executora: Célula de Execução de Projectos do Programa de Energia, Água e Saneamento

A taxa de electrificação na ilha de Santiago (52%) está abaixo da média nacional (63%). Ela varia de 26% em São Miguel a 70% na Praia. Para reduzir as disparidades de electrificação nacional e na ilha de Santiago, o Governo decidiu desenvolver uma rede única de produção e transporte, tendo a maior central da Praia (Palmarejo) como centro de produção. O projecto inclui as componentes de extensão da central de Palmarejo, a construção de uma linha HT, a construção de subestações, a construção de linhas MT e BT, ligações eléctricas e gestão de projectos. O objectivo do projecto é de melhorar a qualidade do fornecimento de electricidade na ilha de Santiago, através da criação de condições para novas ligações, da melhoria da qualidade de serviço nos grandes municípios ao norte da ilha, e contribuir para a redução do custo da electricidade.

Processo e impacto esperado: A centralização da produção de electricidade na ilha de Santiago reduzirá os custos de produção e as restrições operacionais, proporcionando uma melhor qualidade de serviço. A construção de uma linha de alta tensão irá transportar e promover a penetração da electricidade nas zonas rurais. A eliminação das pequenas centrais e o uso de óleo como combustível pesado, em vez de gasóleo, irá reduzir os impactos ambientais negativos associados à produção de

electricidade. Os impactos negativos da extensão da central de Palmarejo e das linhas eléctricas são limitados. O projecto não causará a deslocação da população e não irá afectar o património cultural ou as áreas protegidas. Todavia, o projecto terá um grande impacto económico e social para a população beneficiária, estimada em 27.000 habitantes, ou seja, 6% da população total. A taxa de electrificação nas zonas do projecto vai aumentar de 29 para 50%.

Testemunho de Pedro Alcântara Silva, Coordenador da Célula de Execução de Projectos do Ministério da Economia, Crescimento e Competitividade



“O Projecto de Reforço das Capacidades de Produção, Transporte e Distribuição de Electricidade na Ilha de Santiago é um projecto estruturante para o país e para a Ilha de Santiago. Ele visa o reforço da capacidade da central eléctrica de Palmarejo. Vamos aumentar a capacidade de produção, instalando e ampliando a central. Pretende-se instalar dois grupos de 10 mega watts. Vamos fazer o transporte em alta tensão, pela primeira vez no país, até Calheta de São Miguel e a partir daí vamos interligar a cidade de Assomada, a vila de Tarrafal, a vila de Pedra Badejo.



Ao centralizar a produção a nível da Ilha de Santiago vai ser possível utilizar o óleo pesado, que é um combustível muito mais barato que o gasóleo. Vai-nos permitir igualmente encerrar todas as centrais municipais que trabalham a gasóleo. Portanto, com este projecto vamos economizar, melhorar a eficiência da central eléctrica, possivelmente reduzir os custos de produção e eventualmente reduzir a tarifa eléctrica a nível de Santiago. Esperamos que uma vez implementado o projecto serão criadas as condições para a introdução das energias renováveis no país. O país dispõe de um potencial eólico considerável, que pode ser desenvolvido, o que nos permitirá utilizar menos derivados de petróleo. De momento, em termos de sistema electroprodutor, cada município tem a sua central. Temos um sistema fragmentado, portanto com pequenas centrais que trabalham a gasóleo e com custos elevadíssimos, e nem sempre eficientes. Uma outra componente do projecto que é extremamente importante, são as ligações domiciliárias, que vai permitir aumentar a taxa de ligação dos consumidores, sobretudo na periferia dos centros urbanos, principalmente da Ilha de Santiago.”

Projecto de Ajuda Orçamental do FAD e Ajuda Orçamental Suplementar do BAD ao Programa de Apoio à Estratégia de Redução da Pobreza (PASRP) II para 2008-2010

Nome do Projecto: Projecto de Ajuda Orçamental do FAD e Ajuda Orçamental Suplementar do BAD ao Programa de Apoio à Estratégia de Redução da Pobreza (PASRP) II para 2008-2010
Data de Aprovação: 22 de Dezembro de 2008 (FAD) e 28 de Outubro de 2009 (BAD)
Fontes de Financiamento:
 FAD: 5 Milhões de UC
 BAD: 36,4 Milhões de UC (40 milhões de euros)
Agência Executora: Ministério das Finanças

A ajuda orçamental à Cabo Verde consiste de uma ajuda orçamental do FAD e de uma ajuda orçamental suplementar do BAD que abrange o período de 2008-2010. O objectivo do PASRP-

II é de estimular o crescimento económico sustentável e a transformação da economia. A ajuda orçamental suplementar do BAD incide sobretudo na promoção do crescimento no contexto da crise económica internacional. O projecto concede recursos adicionais para ajudar o Governo a diminuir os impactos negativos da crise, bem como a manter a dinâmica actual na implementação dos seus programas de reforma económica e institucional.

O projecto está em consonância com a estratégia do Banco para 2009-2012 e com as medidas definidas do Grupo de Ajuda Orçamental, constituído por sete doadores, incluindo o BAD. Com a implementação da operação de ajuda orçamental suplementar do BAD em 2009, o Banco passou a assumir o papel de líder dos parceiros de desenvolvimento definido na resolução F/BD/2009/05 de 4 de Março de 2009, em resposta ao impacto económico da crise financeira.

O PASRP-II tem duas componentes, a saber: (i) o reforço da gestão das finanças públicas, e (ii) a melhoria do ambiente empresarial. A primeira componente visa consolidar as reformas orçamentais, a fim de melhorar a eficácia na preparação do orçamento, do sistema de despesa pública e de gestão da dívida. A segunda componente pretende melhorar o ambiente empresarial, em especial para tornar o sector privado mais competitivo.

A coordenação da ajuda orçamental é feita pela Direcção Geral do Plano do Ministério das Finanças. Em 2005, o quadro de parceria para a ajuda orçamental foi estabelecido entre o Governo de Cabo Verde e o Banco Mundial, a União Europeia, os Países Baixos, Portugal, Áustria, Espanha e o Banco Africano de Desenvolvimento. Neste contexto, o Governo e os parceiros técnicos e financeiros concordaram em (i) harmonizar os indicadores e as prioridades para a ajuda orçamental, (ii) efectuar análises conjuntas da ajuda orçamental, e (iii) sincronizar os desembolsos do ciclo orçamental de modo a reduzir os custos de transacção.

Declaração da Ministra das Finanças de Cabo Verde - Governadora do BAD

O segredo do sucesso de Cabo Verde é a boa governação. Desde 2001, a política económica do governo tem estado assente em dois pilares: o pilar empresas e o pilar famílias. No que diz respeito ao pilar famílias, temos tomado um conjunto de medidas que visam a preservação do poder de compra, a consolidação da coesão social, a redução da carga fiscal para as famílias, o alargamento do sistema de previdência social, entre outras. Estas medidas possibilitaram a sociedade civil cabo-verdiana acumular “espaço social” (...), permitindo que a mesma tivesse as suas próprias reservas para enfrentar a crise internacional.



O outro pilar tem sido o pilar empresas. O governo melhorou drasticamente o ambiente de negócios. Por exemplo, antes criava-se uma empresa em 56 dias, agora cria-se uma empresa em 48 horas e lançamos os pagamentos electrónicos. O governo tem, de forma sistemática, reduzido a carga fiscal para os operadores económicos. Só para dar uma ideia, o imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas (“corporate tax”) era de 35% em 2001 e neste momento é de 25%. Estes dois pilares – Famílias e Empresas - puderam ser eixos permanentes de intervenção do Governo na medida em que a política das finanças públicas tem sido sólida.

Este governo adoptou o rigor, a disciplina e a transparência da gestão da coisa pública como princípio de base. Isso permitiu que acumulássemos “espaço orçamental”, por exemplo entre 2002 e 2009 a dívida pública em relação ao PIB passou de 86.8% para 59,5%. A construção deste “espaço orçamental” tem sido crucial para enfrentarmos, com sucesso, a crise internacional. Senão vejamos, em 2009, apesar do agravamento dos impactos da crise internacional sobre a economia cabo-verdiana, o Governo de Cabo Verde procede à uma profunda redução da carga fiscal, quer para as empresas quer para as famílias. Isto permitiu-nos atingir dois objectivos fundamentais: i) preservar o poder de compras das famílias e a coesão social; e ii) consolidar a competitividade

das empresas. Atravessamos, em 2009 o “Tsunami” e não comprometemos o atingir dos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento. Em termos de educação e saúde, o programa de investimentos públicos foi implementado e continuará a ser implementado.

Gostaríamos de agradecer o Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento pelo upgrade (promoção) de Cabo Verde a país de rendimento médio, o que lhe dá direito a recursos não-concessionais do BAD e aos recursos concessionais do FAD. O Banco apercebeu-se, com muita perspicácia, que Cabo Verde estava num momento de inflexão em termos da sua estratégia de crescimento e que para dar o salto qualitativo se impunha este upgrade.

O processo foi levado a cabo num tempo recorde por parte do BAD e em perfeita sintonia com a estratégia de desenvolvimento do Governo de Cabo Verde. Simultaneamente, tal upgrade, irá permitir que o BAD continue a desempenhar o papel de parceiro estratégico de Cabo Verde, nomeadamente na transformação de CABO VERDE num “Centro Internacional de Prestação de Serviços” (“International Business Centre”). Cabo Verde tem todas as condições objectivas para se transformar num hub de transportes marítimos e aéreos na região. As nossas vantagens competitivas são: a estabilidade política, a estabilidade e consolidação macroeconómica, a maturidade institucional, recursos humanos qualificados, um sector de telecomunicações de ponta (....)

O relacionamento com o Banco tem sido excelente. O BAD é daqueles parceiros que têm apostado de forma consistente em Cabo Verde desde a independência. Ele tem sido um parceiro de referência e continuaremos a fazer de tudo para dignificar o apoio concedido.

A sociedade civil cabo-verdiana tem um profundo respeito pelo apoio que a comunidade internacional dá ao país. Nós sabemos que são fundos de contribuintes de terceiros países que merecem todo o nosso respeito. Continuaremos a trabalhar com integridade, honestidade e engajamento para continuar a merecer o apoio da Comunidade Internacional.

Cristina Duarte
Ministra das Finanças de Cabo Verde

Declaração do Representante do BAD para Cabo Verde

Cabo Verde continua a progredir rumo ao desenvolvimento sustentável e felicitamos a passagem do país à categoria de país de rendimento médio em 2009. Esses bons resultados são frutos de esforços realizados durante décadas no domínio político, institucional, económico e social. Os esforços significativos na área da governação e democracia tornaram possíveis esses avanços. Hoje, Cabo Verde destaca-se por todo o continente como um país politicamente estável, onde o processo de reforma económica traçada pela Estratégia de Transformação Económica, aprovada em 2003, é alargado e tem permitido ao país tirar proveito de alguns dos seus activos, tanto no sector do turismo, como no das remessas da sua comunidade de imigrantes. Cabo Verde está entre os países do continente que têm o maior potencial para atingir os OMDs nos próximos 5 anos.



Cabo Verde tem igualmente demonstrado a sua capacidade de boa gestão face aos efeitos da crise financeira mundial, e o Banco está disposto a apoiá-lo neste momento difícil

através da ajuda suplementar ao orçamento, contribuindo assim, para a manutenção dos investimentos públicos programados.

O Escritório Regional do BAD em Dakar, que eu represento, tem por ambição continuar a ter uma forte presença ao lado do país, de modo a consolidar as conquistas alcançadas nas áreas de desenvolvimento económico, social e humano; bem como acompanhar Cabo Verde na sua nova realidade de país emergente. Isto, na qualidade de parceiro financeiro privilegiado do país há mais de 30 anos. O Banco continua envolvido na coordenação com outros doadores, nomeadamente através da sua participação no grupo de ajuda orçamental.

O Banco Africano de Desenvolvimento está empenhado em responder aos novos desafios do país nos próximos anos, por uma série de instrumentos que se encontram à sua disposição, tais como os recursos BAD, FAD, a janela do sector privado e os fundos fiduciários, incluindo acompanhamento da integração regional, no âmbito da CEDEAO.

Mohamed H'Midouche
Representante do Banco Africano
de Desenvolvimento

CONTACTOS E CRÉDITOS

COORDENAÇÃO

Yolanda Nunes Correia

PRODUÇÃO

Unidade das Relações Exteriores e de Comunicação (ERCU) – BAD
Escritório do BAD no Senegal (SNFO)
Direcção do Departamento Regional - Oeste B (ORWB) – BAD

COLABORAÇÃO

Ministério das Finanças de Cabo Verde

FOTOGRAFIA

Fernando (Suéco) Couto
Luís Ferreira (capa, pp.5, 15, 21, 36)

DESIGN GRÁFICO

Yattien-Amiguet L.

IMPRESSÃO

FINZI USINES GRAPHIQUES

www.afdb.org





www.afdb.org